

# INCLUSÃO E ACESSIBILIDADE DE ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA VISUAL NO IFG

INCLUSION AND ACCESSIBILITY OF STUDENTS WITH VISUAL IMPAIRMENTS AT IFG

Daniela Cristina Borges

Instituto Federal de Goiás, Goiás, Brasil

danielaborges.jus@gmail.com | orcid.org/0000-0003-1778-4692

Dayanna Pereira dos Santos

Instituto Federal de Goiás, Goiás, Brasil

dayanna.santos@ifg.edu.br | orcid.org/0009-0003-7270-4779

## Resumo

Este estudo objetivou analisar o contexto de inclusão de estudantes com deficiência visual no Instituto Federal de Goiás (IFG), Campus Goiânia, sob a perspectiva da acessibilidade à informação e à comunicação acadêmica, com foco nos processos eletrônicos. Buscou responder à seguinte questão: de que forma a política institucional do IFG tem garantido o direito à comunicação e à informação acadêmica aos estudantes com deficiência visual ou baixa visão? Parte-se da tese de que há uma defasagem entre o marco normativo institucional e sua efetivação nas práticas de inclusão. A pesquisa fundamenta-se em autores como Bardin (1979), Mantoan (2015), Sassaki (2005, 2010), Triviños (1987) e Vygotski (1991, 1997). Adotou-se abordagem qualitativa, com pesquisa bibliográfica, documental e empírica, utilizando entrevistas semiestruturadas com quatro estudantes do IFG entre 2021 e 2022. Os dados foram analisados por meio da análise de conteúdo. Os resultados evidenciaram limitações relacionadas à acessibilidade informacional, à disponibilidade de tecnologias assistivas e à formação docente, comprometendo a autonomia e a permanência dos estudantes. Como produto da pesquisa, foi elaborado o Guia de Acessibilidade aos Processos Eletrônicos para Estudantes com Deficiência Visual e Baixa Visão, disponibilizado em versões digital, Braille e ampliada, validado pelos participantes e incorporado ao NAPNE do Campus Goiânia. Conclui-se que a efetivação da educação inclusiva na Educação Profissional e Tecnológica requer a articulação entre políticas institucionais, acessibilidade comunicacional, tecnologias assistivas e formação continuada.

**Palavras-chave:** Acessibilidade; Deficiência Visual, Formação de Professores, Inclusão, Produto Educacional.

INCLUSION AND ACCESSIBILITY OF STUDENTS WITH VISUAL IMPAIRMENTS AT IFG

## Abstract

This study aimed to analyze the inclusion context for visually impaired students at the Federal Institute of Goiás (IFG), Goiânia Campus, focusing on accessibility to information and academic communication, particularly regarding electronic processes. It sought to

## A R T I G O

Esta obra está licenciada sob uma licença Creative Commons Atribuição - Não comercial - Compartilhar igual 4.0 Internacional.



answer the following question: how has IFG's institutional policy ensured the right to communication and academic information for students who are blind or have low vision? The study is based on the premise that there is a gap between the institutional regulatory framework and its actual implementation in inclusion practices. The research draws on authors such as Bardin (1979), Mantoan (2015), Sassaki (2005, 2010), Triviños (1987), and Vygotsky (1991, 1997). A qualitative approach was adopted, involving bibliographic, documentary, and empirical research, including semi-structured interviews with four IFG students between 2021 and 2022. Data were analyzed using content analysis. The results revealed limitations regarding informational accessibility, the availability of assistive technologies, and teacher training, all of which compromised student autonomy and retention. As a research outcome, a "Guide to Accessibility in Electronic Processes for Students with Visual Impairments and Low Vision" was developed; it was made available in digital, Braille, and large-print formats, validated by the participants, and incorporated into the Goiânia Campus's NAPNE (Center for Assistance to Students with Special Needs). The study concludes that realizing inclusive education within Professional and Technological Education requires the coordination of institutional policies, communication accessibility, assistive technologies, and continuing education.

**Keywords:** Accessibility; Visual Impairment, Teacher Training, Inclusion, Educational Product.

#### INCLUSIÓN Y ACCESIBILIDAD DE ESTUDIANTES CON DISCAPACIDAD VISUAL EN EL IFG

##### Resumen

Este estudio tuvo como objetivo analizar el contexto de inclusión de estudiantes con discapacidad visual en el Instituto Federal de Goiás (IFG), Campus Goiânia, desde la perspectiva de la accesibilidad a la información y a la comunicación académica, con énfasis en los procesos académicos electrónicos. La investigación buscó responder a la siguiente pregunta: ¿de qué manera la política institucional del IFG garantiza el derecho a la comunicación y al acceso a la información académica de los estudiantes con discapacidad visual o baja visión? El estudio parte de la hipótesis de que existe una brecha entre el marco normativo institucional y su implementación en las prácticas inclusivas. El marco teórico se fundamenta en Bardin (1979), Mantoan (2015), Sassaki (2005; 2010), Triviños (1987) y Vygotski (1991; 1997). Se adoptó un enfoque cualitativo, con investigación bibliográfica, documental y empírica, utilizando entrevistas semiestructuradas con cuatro estudiantes con discapacidad visual o baja visión matriculados en el IFG entre 2021 y 2022. Los datos fueron analizados mediante análisis de contenido. Los resultados evidenciaron limitaciones relacionadas con la accesibilidad a la información, la disponibilidad de tecnologías de apoyo y la formación docente, comprometiendo la autonomía y la permanencia académica de los estudiantes. Como producto educativo, se elaboró la Guía de Accesibilidad para los Procesos Académicos Electrónicos destinada a Estudiantes con Discapacidad Visual y Baja Visión, validada por los participantes y disponible en formatos digital, Braille y letra ampliada en el NAPNE del Campus Goiânia. Se concluye que la consolidación de la educación inclusiva en la Educación Profesional y Tecnológica requiere la articulación entre políticas institucionales, accesibilidad comunicacional, tecnologías de apoyo y formación continua del profesorado.

**Palabras clave:** Accesibilidad; discapacidad visual, formación docente, inclusión, producto educativo.

##### Introdução

A educação inclusiva constitui-se como um dos maiores desafios contemporâneos para as instituições de ensino, especialmente no âmbito da Educação Profissional Tecnológica (EPT). O ingresso de estudantes com

deficiência na Rede Federal de Educação, impulsionado por políticas de reserva de vagas e pela democratização do acesso, exige que as instituições transcendam a garantia da matrícula e avancem para a efetivação da permanência qualificada.

No caso específico de estudantes com deficiência visual, a acessibilidade à informação e à comunicação torna-se o pilar central para o exercício da autonomia acadêmica. No Instituto Federal de Goiás (IFG), Campus Goiânia, observa-se um esforço institucional para a consolidação de políticas inclusivas, materializado na atuação do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE) e em documentos norteadores como o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI).

Entretanto, a prática cotidiana revela que a transição para processos administrativos e acadêmicos inteiramente digitais, embora represente um avanço tecnológico, pode criar novas barreiras de exclusão se não for acompanhada de diretrizes claras de acessibilidade. É nesse cenário que se justifica a presente investigação, voltada a compreender as tensões entre o que prescreve a norma e o que vivencia o discente no ambiente institucional.

Considerando o contexto da inclusão de estudantes com deficiência visual no IFG – Campus Goiânia e as dificuldades identificadas no acesso à informação e à comunicação acadêmica, especialmente quanto à tramitação de processos eletrônicos, o problema de pesquisa que orienta esta investigação pode ser assim formulado: de que forma a política institucional do IFG – Campus Goiânia tem garantido o direito à comunicação e à informação acadêmica aos estudantes com deficiência visual ou baixa visão, e quais os desafios, limites e possibilidades desse processo no âmbito da Educação Profissional Tecnológica?

Parte-se da seguinte tese: embora o IFG – Campus Goiânia disponha de um marco normativo e estrutural consistente em matéria de inclusão e acessibilidade, consubstanciado em seu Estatuto, Projeto Político-Pedagógico Institucional (PPPI), Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e na criação do NAPNE, observa-se uma significativa defasagem entre o discurso

institucional e as práticas concretas de inclusão, culminando na necessidade da implementação efetiva de tecnologias assistivas, adaptações pedagógicas e formação continuada dos profissionais da educação.

A contribuição científica deste estudo reside não apenas na identificação das lacunas entre o marco normativo e as práticas de inclusão no âmbito da EPT, mas, sobretudo, na proposição de um Produto Educacional, o Guia de Acessibilidade que sistematiza, em formato acessível (Braille, caixa alta e digital), os procedimentos acadêmicos que representavam barreiras comunicacionais para os estudantes com deficiência visual.

Esse produto inova ao traduzir os preceitos legais e teóricos da acessibilidade em um recurso concreto e validado pelos próprios usuários, preenchendo uma lacuna identificada na literatura quanto à escassez de materiais institucionais adaptados na Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica.

## **1. Educação Especial e Inclusiva no Brasil e na Rede Federal Tecnológica**

A educação é um direito fundamental e um importante instrumento de formação humana, socialização e exercício da cidadania. No Brasil, a Constituição Federal de 1988, consolidou esse direito ao assegurar o acesso universal à educação e ao prever o atendimento educacional especializado às pessoas com deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino. Esse marco jurídico inaugurou uma mudança paradigmática, deslocando a Educação Especial de uma perspectiva assistencialista e segregadora para uma concepção fundamentada na inclusão e na igualdade de oportunidades.

Historicamente, o atendimento às pessoas com deficiência esteve concentrado em instituições especializadas, como escolas especiais, centros de reabilitação e entidades filantrópicas. Apenas a partir da segunda metade do século XX intensificaram-se políticas voltadas à integração e, posteriormente, à inclusão escolar.

Conforme Sasaki (2010.p. 41) a inclusão social consiste no “processo pelo qual a sociedade se adapta para poder incluir, em seus sistemas sociais

gerais, pessoas com necessidades especiais e, simultaneamente, estas se preparam para assumir seus papéis na sociedade”. Essa compreensão está em consonância com os princípios da Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), que reconhece a igualdade de dignidade e de direitos entre todas as pessoas.

O fortalecimento da educação inclusiva no Brasil ocorreu principalmente a partir da década de 1990, influenciado por marcos internacionais, como a Conferência Mundial de Educação para Todos (1990) e a Declaração de Salamanca<sup>12</sup> (1994), que passaram a orientar as políticas educacionais em direção ao reconhecimento da diversidade como princípio constitutivo da escola.

Em âmbito nacional, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n.º 9.394/1996) consolidou a Educação Especial como modalidade transversal, enquanto a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) reafirmou a garantia do acesso, da permanência e da participação dos estudantes com deficiência por meio do atendimento educacional especializado, da acessibilidade e da eliminação de barreiras. Posteriormente, a Lei Brasileira de Inclusão (Lei n.º 13.146/2015) fortaleceu esse conjunto normativo ao reafirmar a educação como direito de todos.

Embora esses avanços legais representem importante conquista, a efetivação da inclusão depende da existência de políticas institucionais, de investimentos em acessibilidade, da formação de profissionais e da reorganização das práticas pedagógicas. Nesse sentido, a inclusão deve ser compreendida como um processo permanente de transformação das instituições educacionais, e não apenas como ampliação do acesso à escola. Como afirma Sassaki (2005, p. 21),

---

<sup>1</sup> A Declaração de Salamanca (1994) é uma resolução das Nações Unidas que trata das diretrizes políticas e práticas em educação especial. É considerada um dos mais importantes documentos que objetivam a inclusão social.

[...] a inclusão consiste em adequar os sistemas sociais gerais da sociedade de tal modo que sejam eliminados os fatores que excluam certas pessoas do seu seio e mantenham afastadas aquelas que foram excluídas. A eliminação de tais fatores deve ser um processo contínuo e concomitante com o esforço que a sociedade deve empreender no sentido de acolher todas as pessoas, independentemente de suas diferenças individuais e das suas origens na diversidade humana. Pois, para incluir todas as pessoas, a sociedade deve ser modificada a partir do entendimento de que ela é que precisa ser capaz de atender às necessidades de seus membros.

É nessa perspectiva que a Educação Profissional e Tecnológica (EPT) assume papel estratégico na consolidação da educação inclusiva. A expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, especialmente com a criação dos Institutos Federais pela Lei nº 11.892/2008, ampliou significativamente o acesso à educação pública, gratuita e de qualidade, articulando ensino, pesquisa e extensão em uma proposta de formação integral.

Diferentemente de uma concepção restrita à qualificação para o mercado de trabalho, a EPT orienta-se pela formação humana em suas múltiplas dimensões, compreendendo o trabalho como princípio educativo e articulando ciência, cultura, tecnologia e produção. No âmbito da Rede Federal, a inclusão foi fortalecida por políticas específicas, entre as quais se destaca o Programa Educação, Tecnologia e Profissionalização para Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais (TECNEP).

O programa impulsionou ações voltadas à eliminação de barreiras arquitetônicas, pedagógicas e comunicacionais, à formação de servidores e ao fortalecimento dos Núcleos de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNEs), consolidando uma política institucional de acesso, permanência e êxito dos estudantes público-alvo da Educação Especial.

Sob o ponto de vista teórico, a Educação Profissional e Tecnológica fundamenta-se na concepção de formação *omnilateral*, na politecnia e no trabalho como princípio educativo, categorias desenvolvidas por Karl Marx e aprofundadas por Antonio Gramsci, Demerval Saviani e Gaudêncio Frigotto. Essas formulações defendem uma educação que supere a fragmentação entre

formação geral e formação técnica, possibilitando ao trabalhador compreender criticamente os processos sociais, científicos e tecnológicos que constituem o mundo do trabalho.

Trata-se de uma concepção que rompe com perspectivas utilitaristas e mercadológicas da educação, assumindo a formação integral como condição para o exercício da cidadania e para a emancipação humana, se projetando para além do cumprimento de dispositivos legais ou da adaptação de espaços físicos, haja vista que ela integra um projeto educacional com a democratização do conhecimento, com a justiça social e com a garantia do direito à educação.

Assim, pensar a Educação Especial no contexto da Educação Profissional e Tecnológica implica compreender a inclusão como princípio estruturante das práticas institucionais e pedagógicas, orientado pela defesa da formação humana integral e pelo reconhecimento da diversidade como dimensão constitutiva da educação pública.

## **2. Inclusão, Acessibilidades e Educação**

No dicionário, diversidade significa pluralidade, variedade, diferença. Diversidade é, pois, o conjunto que representa múltiplos aspectos que se diferenciam entre si, como por exemplo, diversidade cultural, diversidade biológica, diversidade étnica, diversidade religiosa, diversidade política etc. Falar sobre diversidade refere-se ao modo como as pessoas diferem entre si, seja no âmbito pessoal ou em relação ao seu ambiente de convívio social.

A inclusão educacional fundamenta-se no reconhecimento da diversidade humana e na garantia do direito à educação como direito fundamental, assegurado pela Constituição Federal de 1988 e pela Declaração Universal dos Direitos Humanos. Nessa perspectiva, a educação inclusiva busca assegurar igualdade de oportunidades por meio da eliminação de barreiras e da valorização das diferenças, especialmente das pessoas com deficiência.

Em Obras Escogidas – V – Fundamentos de Defectología – Os Fundamentos de Defectologia (1997), Vygotski analisa o desenvolvimento das pessoas com deficiência, buscando compreender como constroem suas

relações sociais, enfrentam dificuldades e desenvolvem estratégias de interação,

[...] tanto psicológica como pedagogicamente, el problema solía platearse en un plano groseramente físico, al estilo de la medicina; la deficiencia física se estudiaba y compensaba como tal; la ceguera implicaba simplemente la falta de visión; la sordera; la ausencia de audición, como si se tratara de un perro ciego o de un chacal sordo. A la vez, se perdía de vista que, a diferencia del animal, el defecto orgánico del hombre nunca puede manifestarse en la personalidad directamente, porque el ojo y el oído del ser humano no sólo son sus órganos físicos, sino también órganos sociales, porque entre el mundo y el hombre está, además, el medio social que refracta y orienta todo lo que parte del hombre hacia el mundo y del mundo hacia el hombre. Por eso la carencia de la vista o del oído implica, ante todo, la pérdida de las más importantes funciones sociales, la degeneración de los vínculos sociales y desplazamiento de todos los sistemas de conducta<sup>3</sup> (VYGOTSKI, 1997, p. 103).

Para o autor, o desenvolvimento humano é constituído nas relações sociais, de modo que a deficiência ultrapassa a dimensão biológica e interfere, especialmente, na participação social do sujeito. Sobre as deficiências, destaca-se a deficiência visual, caracterizada pela perda total ou parcial da capacidade de enxergar, manifestando-se como cegueira ou baixa visão, exigindo recursos específicos como adaptações pedagógicas, materiais acessíveis e estratégias que valorizem outros canais sensoriais (tato e audição), para garantir autonomia e acesso ao conhecimento.

Logo, a acessibilidade constitui elemento essencial para a efetivação da educação inclusiva. Segundo Sassaki (2005), ela abrange dimensões arquitetônicas, comunicacionais, metodológicas, instrumentais, programáticas e atitudinais, permitindo a participação plena das pessoas com deficiência na

---

<sup>3</sup> [...] tanto psicologicamente quanto pedagogicamente, o problema costumava ser abordado a partir de um plano grosseiramente físico, no estilo da medicina; a deficiência física era estudada e compensada como tal; a cegueira significava simplesmente falta de visão; a surdez, ausência de audição, como se fosse um cão cego ou um chacal surdo. Ao mesmo tempo, perdia-se de vista o fato de que, ao contrário do animal, o defeito orgânico do homem nunca pode se manifestar diretamente na personalidade, porque o olho e o ouvido do ser humano não são apenas seus órgãos físicos, mas também órgãos sociais: entre o mundo e o homem há também o ambiente social que refrata e orienta tudo o que sai do homem para o mundo e do mundo para o homem. É por isso que a falta de visão ou audição implica, acima de tudo, a perda das funções sociais mais importantes, a degeneração dos laços sociais e o deslocamento de todos os sistemas de comportamento (Tradução de Verônica Beatriz Colasanto).

vida social e educacional. Nessa direção, a escola deve investir tanto na eliminação de barreiras físicas quanto na formação de seus profissionais e na organização de práticas pedagógicas inclusivas.

Como destaca Mantoan (2015, p. 62):

A inclusão é uma inovação que implica um esforço de modernizar e reestruturar a natureza atual da maioria de nossas escolas. Isso acontece à medida que as instituições de ensino assumem que as dificuldades de alguns alunos não são apenas deles, mas resultam, em grande parte, do modo como o ensino é ministrado e de como a aprendizagem é concebida e avaliada. Nas redes de ensino público e particular que resolveram adotar medidas inclusivas de organização escolar, as mudanças podem ser observadas de três ângulos: o dos desafios provocados por essa inovação; o das ações no sentido de efetivá-las nas turmas escolares, incluindo o trabalho de formação dos professores; e, finalmente, o das perspectivas que se abrem à educação escolar com a implementação de projetos inclusivos. Na base dessas mudanças está o princípio democrático da educação para todos.

Em consonância com essa perspectiva, a Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015) define acessibilidade como a condição de utilização, com segurança e autonomia, de espaços, informações, serviços e tecnologias. Assim, o direito à educação inclusiva, assegurado pela Constituição Federal, pela Lei Brasileira de Inclusão e pela Declaração de Salamanca (1994), pressupõe não apenas o acesso à escola, mas também condições efetivas de permanência, aprendizagem e participação.

Nesse contexto, a Tecnologia Assistiva, também denominada tecnologia de apoio, compreende recursos, produtos, metodologias, estratégias, práticas e serviços destinados a ampliar habilidades funcionais das pessoas com deficiência, favorecendo sua autonomia, independência e inclusão social.

No caso das pessoas com deficiência visual, destacam-se recursos como o Sistema Braille, leitores de tela, sintetizadores de voz, ampliadores de imagem, softwares de leitura e dispositivos digitais acessíveis. Esses recursos ampliam o acesso à informação, à comunicação e ao conhecimento, contribuindo para reduzir barreiras no processo de escolarização.

Dessa forma, a articulação entre acessibilidade, educação inclusiva e Tecnologias Assistivas fortalece o exercício do direito à educação e à

informação, favorecendo a construção de ambientes educacionais mais democráticos, equitativos e comprometidos com a valorização da diversidade humana.

### **3. A Inclusão do Estudante com Deficiência Visual no IFG – Campus Goiânia: Análise de Políticas, Práticas e Percepções**

#### **3.1. A Acessibilidade no Âmbito do Instituto Federal de Goiás**

O Instituto Federal de Goiás (IFG) estrutura sua política institucional de inclusão a partir de um conjunto de documentos normativos que incorporam a acessibilidade, a diversidade e a equidade como princípios orientadores da ação educativa. O Estatuto (2018), o Projeto Político-Pedagógico Institucional (PPPI, 2018), o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI, 2018) e o Regimento Geral (2021) reafirmam o compromisso da instituição com a garantia do direito à educação, a formação humana integral e a promoção de condições que assegurem o acesso, a permanência e o êxito dos estudantes.

Para operacionalizar essas políticas, o Conselho Superior instituiu, por meio da Resolução CONSUP nº 30/2017, o Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE), implantado no Campus Goiânia em 2018, com finalidade desenvolver ações voltadas à eliminação de barreiras arquitetônicas, pedagógicas, comunicacionais, tecnológicas e atitudinais, além de ofertar Atendimento Educacional Especializado (AEE).

A análise documental evidencia que o IFG dispõe de um conjunto consistente de dispositivos legais e administrativos voltados à promoção da educação inclusiva. Entretanto, a existência desse arcabouço normativo não garante, por si só, a efetivação das condições necessárias para que a inclusão se concretize no cotidiano institucional. A implementação dessas políticas depende da articulação entre recursos institucionais, formação continuada dos profissionais, planejamento pedagógico e acompanhamento sistemático das demandas dos estudantes.

Essa constatação ganha maior relevância quando confrontada com os dados empíricos da pesquisa. As entrevistas revelam que, embora o reconhecimento institucional do direito à inclusão represente um avanço, persistem dificuldades na operacionalização dessas políticas. Identifica-se, assim, uma tensão entre a dimensão normativa da inclusão e sua concretização nas práticas educativas, indicando que a existência de políticas institucionais não elimina, automaticamente, as barreiras que limitam a participação e a aprendizagem dos estudantes com deficiência visual.

Nessa perspectiva, a acessibilidade deve ser compreendida para além do cumprimento das exigências legais, configurando-se como um processo contínuo de reorganização institucional, deixando de ser exclusiva responsabilidade de setores especializados como o NAPNE para tornar-se um compromisso compartilhado entre gestores, docentes, técnicos administrativos e comunidade acadêmica.

Essa compreensão dialoga com os princípios da Educação Profissional e Tecnológica, cuja proposta formativa se fundamenta na formação humana integral. Assim, a efetivação da inclusão no IFG depende não apenas da existência de normas e estruturas institucionais, mas da incorporação da acessibilidade como princípio das práticas pedagógicas e da organização do processo educativo.

É nesse contexto que se insere esta investigação, que busca compreender como os estudantes com deficiência visual percebem as condições de acessibilidade no Campus Goiânia e em que medida suas experiências revelam aproximações ou distanciamentos entre as políticas institucionais e sua efetivação.

### 3.2. Percurso Metodológico Adotado na Pesquisa

Esta pesquisa caracteriza-se como qualitativa e fundamenta-se no materialismo histórico-dialético, perspectiva teórico-metodológica que compreende a realidade social como histórica, contraditória e em permanente transformação. Essa abordagem possibilita analisar a inclusão de estudantes com deficiência visual para além da dimensão normativa, considerando as

mediações entre políticas institucionais, práticas pedagógicas e experiências vivenciadas pelos sujeitos.

Como estratégia metodológica, adotou-se a triangulação de dados, conforme Triviños (1987), articulando análise documental, revisão bibliográfica e entrevistas semiestruturadas. Essa opção permitiu confrontar diferentes fontes de informação, ampliando a compreensão do fenômeno investigado e favorecendo maior consistência analítica na interpretação dos resultados.

No que se refere à coleta de dados, o estudo apoiou-se na modalidade Processos e Produtos Centrados no Sujeito, proposta por Triviños (1987, p. 140), que privilegia a compreensão das percepções e experiências dos participantes em articulação com documentos institucionais e dispositivos legais. Essa estratégia mostrou-se adequada aos objetivos da pesquisa por possibilitar a análise das condições concretas de inclusão a partir da relação entre o discurso institucional e as experiências dos estudantes.

Participaram da investigação estudantes com deficiência visual ou baixa visão matriculados no IFG-Campus Goiânia entre os anos de 2021 e 2022, seus responsáveis legais e um docente. Para preservar a identidade dos participantes, utilizaram-se códigos alfanuméricos. Todos os procedimentos observaram os princípios éticos estabelecidos para pesquisas com seres humanos, tendo sido aprovados pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto Federal de Goiás (Parecer nº 5.200.564), mediante assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

A interpretação dos dados foi realizada por meio da análise de conteúdo, conforme Bardin (1979), desenvolvida em três etapas: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados, inferência e interpretação. Esse procedimento possibilitou organizar os dados em categorias analíticas capazes de identificar recorrências, convergências e contradições presentes nos relatos dos participantes, articulando-os ao referencial teórico e aos documentos institucionais analisados.

Conforme assinala Bardin (1979, p. 45), a análise de conteúdo constitui um procedimento sistemático de interpretação que permite ultrapassar a

descrição imediata dos dados, favorecendo a construção de inferências acerca dos fenômenos investigados. Nessa perspectiva, a análise das entrevistas não se restringiu ao levantamento das dificuldades relatadas pelos participantes, mas buscou compreender como essas experiências expressam os desafios e as contradições presentes na implementação das políticas de inclusão no contexto da Educação Profissional e Tecnológica.

A articulação entre entrevistas, documentos institucionais e legislação permitiu examinar as aproximações e os distanciamentos entre o marco normativo da inclusão e sua materialização no cotidiano acadêmico. Essa estratégia metodológica conferiu maior consistência às interpretações produzidas e fundamentou a elaboração do Produto Educacional, concebido como resposta às necessidades identificadas no campo empírico e orientado ao fortalecimento das práticas institucionais de acessibilidade e inclusão.

### 3.3. Análise e Discussão dos Resultados

A análise dos documentos institucionais, articulada às entrevistas realizadas com estudantes, responsáveis e docente, possibilitou compreender que o IFG dispõe de um conjunto consistente de políticas voltadas à inclusão. Entretanto, os dados revelam que a existência de dispositivos normativos e de estruturas institucionais, como o Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE), não tem sido suficiente para assegurar condições efetivas de acessibilidade e participação aos estudantes com deficiência visual.

Essa constatação evidencia uma contradição entre a institucionalização das políticas inclusivas e sua materialização nas práticas cotidianas da Educação Profissional e Tecnológica, visto que os próprios participantes possuem conhecimento limitado acerca das políticas institucionais de inclusão. Embora reconheçam a existência do NAPNE como espaço de apoio, poucos demonstram conhecer suas atribuições, os serviços disponíveis ou os procedimentos para acesso aos recursos institucionais.

Esse resultado indica que a simples criação de estruturas administrativas não garante sua apropriação pela comunidade acadêmica, exigindo ações permanentes de divulgação, acompanhamento e fortalecimento da cultura institucional da inclusão.

As entrevistas também revelam que o atendimento oferecido pelo NAPNE ocorre, em muitos casos, de maneira reativa. Segundo os participantes, o suporte institucional costuma ser acionado somente após solicitações insistentes dos estudantes ou de seus familiares, especialmente para a disponibilização de acompanhantes ou de adaptações específicas.

Essa dinâmica desloca para o estudante e sua família a responsabilidade pela mobilização dos recursos institucionais, produzindo um processo de inclusão condicionado à iniciativa individual, e não a procedimentos sistemáticos de acompanhamento.

Essa realidade aproxima-se da reflexão proposta por Sasaki (1997; 2005), ao afirmar que a inclusão não se restringe à inserção da pessoa com deficiência em espaços comuns, mas pressupõe a reorganização dos sistemas sociais para eliminar barreiras que limitam sua participação. Sob esse ponto de vista, a inclusão deixa de representar um conjunto de adaptações pontuais e passa a constituir um compromisso institucional permanente, fundamentado na transformação das condições que produzem exclusão.

Outro aspecto recorrente nas entrevistas refere-se às práticas pedagógicas desenvolvidas em sala de aula. Os relatos indicam, que, embora os docentes, técnicos administrativos e colegas demonstrem atitudes de acolhimento, essas atitudes não se convertem, necessariamente, em práticas pedagógicas inclusivas. A ausência de formação continuada específica faz com que adaptações curriculares, estratégias metodológicas, avaliações e materiais didáticos sejam produzidos de forma improvisada ou dependam exclusivamente da iniciativa individual dos docentes.

Nessa condição, a inclusão permanece fortemente associada ao compromisso pessoal de determinados profissionais, e não à consolidação de uma política institucional de formação voltada à acessibilidade pedagógica.

Esse resultado evidencia que a boa vontade dos profissionais, embora fundamental, não substitui conhecimentos específicos sobre deficiência visual, tecnologias assistivas e desenho universal para a aprendizagem. A efetivação da educação inclusiva exige que os processos de ensino sejam planejados considerando, desde sua concepção, a diversidade dos estudantes, superando práticas baseadas em adaptações posteriores ou em soluções emergenciais.

As dificuldades tornam-se ainda mais expressivas quando se analisa a dimensão comunicacional da acessibilidade. Os participantes relatam limitações relacionadas ao acesso a materiais didáticos, documentos acadêmicos, avisos institucionais e sistemas informatizados. Letras reduzidas, ausência de contraste, arquivos incompatíveis com leitores de tela e insuficiência de recursos tecnológicos configuram barreiras que comprometem significativamente a autonomia dos estudantes.

Esse conjunto de relatos demonstra que a principal barreira enfrentada pelos participantes não está associada ao acesso físico aos espaços institucionais, mas à acessibilidade da informação e da comunicação. Sob essa perspectiva, os resultados dialogam diretamente com Sassaki (1997; 2005), que compreende a acessibilidade como conceito multidimensional, abrangendo dimensões arquitetônicas, comunicacionais, metodológicas, instrumentais, programáticas e atitudinais.

Entre essas dimensões, sobressaem, nesta pesquisa, as barreiras comunicacionais e metodológicas, que restringem o acesso à informação e limitam a participação acadêmica dos estudantes com deficiência visual, mesmo em uma instituição comprometida formalmente com a educação inclusiva. No contexto da Educação Profissional e Tecnológica, cuja finalidade consiste na formação humana integral, tais condições assumem importância ainda maior, uma vez que a articulação entre ciência, trabalho, tecnologia e cultura pressupõe o acesso equitativo aos processos formativos.

A análise de conteúdo, realizada conforme Bardin (1979), permitiu identificar recorrências que ultrapassam situações individuais e revelam padrões institucionais relacionados às condições de acessibilidade. A

convergência entre entrevistas, documentos institucionais e legislação evidencia que o principal desafio não reside na ausência de normas ou de políticas, mas na implementação de mecanismos permanentes que possibilitem sua efetivação nas práticas pedagógicas e administrativas.

É precisamente dessa lacuna que emerge a principal contribuição desta pesquisa. Os resultados apontam que docentes e servidores demonstram disposição para promover a inclusão, mas carecem de orientações sistematizadas sobre procedimentos, recursos de acessibilidade, adaptações curriculares e fluxos institucionais de atendimento aos estudantes com deficiência visual, indicando a necessidade de implementar instrumentos para orientar a ação pedagógica e institucional de forma integrada.

Nesse contexto, o Produto Educacional foi concebido como resposta às necessidades identificadas durante a investigação. Sua elaboração fundamenta-se diretamente nas demandas apresentadas pelos participantes e busca oferecer subsídios para fortalecer as práticas institucionais de inclusão, especialmente no que se refere à acessibilidade comunicacional, pedagógica e tecnológica.

Desse modo, a investigação demonstra que a consolidação da educação inclusiva na Educação Profissional e Tecnológica exige que as políticas institucionais ultrapassem o plano normativo e sejam incorporadas ao cotidiano acadêmico por meio de processos permanentes de formação, planejamento, acompanhamento e avaliação. Assim, será possível assegurar que os princípios de acessibilidade, equidade e formação humana integral, presentes nos documentos institucionais do IFG, se convertam em experiências concretas de participação, aprendizagem e autonomia para os estudantes com deficiência visual.

### **Considerações Finais:**

Esta pesquisa teve como objetivo compreender a política institucional do Instituto Federal de Goiás (IFG) – Campus Goiânia no que se refere ao acesso à comunicação e à informação acadêmica por estudantes com

deficiência visual ou baixa visão. A análise documental, articulada às entrevistas com estudantes, responsáveis e docente, permitiu examinar como as políticas de educação especial e inclusiva são incorporadas ao contexto institucional e quais desafios ainda persistem para sua efetivação no cotidiano da Educação Profissional e Tecnológica.

Os resultados evidenciam que o IFG dispõe de um conjunto consistente de dispositivos legais e institucionais comprometidos com a promoção da acessibilidade, da inclusão e da formação humana integral. O Estatuto, o Projeto Político-Pedagógico Institucional, o Plano de Desenvolvimento Institucional, o Regimento Geral e a atuação do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE) demonstram que a instituição reconhece a inclusão como princípio estruturante de sua ação educativa.

Entretanto, a pesquisa revelou que a existência desse arcabouço normativo não assegura, por si só, a eliminação das barreiras que dificultam a participação plena dos estudantes com deficiência visual. As entrevistas permitiram identificar que os maiores desafios se concentram na acessibilidade comunicacional, na insuficiência de tecnologias assistivas, na escassez de materiais acessíveis e na necessidade de formação continuada dos profissionais para o desenvolvimento de práticas pedagógicas inclusivas.

A pesquisa reafirma que a inclusão não se restringe ao ingresso dos estudantes na instituição, mas exige condições efetivas de permanência, aprendizagem, autonomia e participação. Essa compreensão é particularmente relevante no âmbito da Educação Profissional e Tecnológica, cuja concepção de formação integral pressupõe o acesso aos conhecimentos científicos, tecnológicos e culturais em condições de equidade, respeitando as especificidades dos sujeitos e promovendo sua participação nos diferentes espaços acadêmicos.

As análises desenvolvidas também demonstraram que as barreiras enfrentadas pelos estudantes não decorrem exclusivamente da deficiência visual, mas, sobretudo, das condições institucionais de acessibilidade, da organização dos processos acadêmicos e da disponibilidade de recursos

pedagógicos e tecnológicos. Essa constatação reforça a necessidade de que as políticas institucionais sejam continuamente avaliadas e aprimoradas, de modo que os princípios da educação inclusiva ultrapassem a dimensão normativa e se materializem nas práticas educativas.

Foi nesse contexto que se estruturou o Produto Educacional desta pesquisa. A elaboração do Guia de Acessibilidade aos Processos Acadêmicos resultou diretamente das demandas identificadas durante a investigação, especialmente das dificuldades relatadas pelos estudantes quanto ao acesso às informações e aos procedimentos acadêmicos.

O material foi desenvolvido em três formatos digital, versão ampliada para estudantes com baixa visão e versão em Braille, validado pelos participantes da pesquisa e disponibilizado ao NAPNE do Campus Goiânia. Mais do que um recurso informativo, o Guia constitui um instrumento de apoio à autonomia estudantil e ao fortalecimento das práticas institucionais de acessibilidade, podendo subsidiar ações em outras unidades da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

A consolidação da educação inclusiva depende da articulação entre políticas institucionais, formação continuada, acessibilidade comunicacional, tecnologias assistivas e organização dos processos acadêmicos. Ao evidenciar as disparidades entre as normas e as experiências vivenciadas pelos estudantes, a pesquisa amplia a compreensão sobre os desafios da inclusão na Educação Profissional e Tecnológica e oferece subsídios para o aperfeiçoamento das políticas institucionais voltadas ao acesso, à permanência e ao êxito acadêmico de estudantes com deficiência visual.

Por fim, considera-se que a efetivação do direito à educação inclusiva requer um movimento permanente de reflexão, planejamento e transformação das práticas institucionais. Nesse processo, a acessibilidade deve ser compreendida como princípio transversal da organização acadêmica, orientando ações capazes de assegurar não apenas o acesso ao ensino, mas também a participação plena, a autonomia e a formação humana integral dos estudantes com deficiência.

## Referências:

AZEVEDO, G. M. E. **O programa TECNEP no CEFET-PE: Da invisibilidade a visibilidade social dos cidadãos com necessidades educacionais especiais.** 2007. 151 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão Pública para o Desenvolvimento do Nordeste-MPANE) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2007.

BARDIN, L. *L'analyse de contenu.* Presses Universitaires de France, 1977.  
**Análise de Conteúdo.** Tradução: L. A. Reto e A. Pinheiro. Lisboa: Edições 70, 1979.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Presidência da República [1988]. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm) Acesso em 15 jun. 2026.

BRASIL. **Lei n.º 9394, de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.** Brasília, DF: Presidência da República [1996]. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm) Acesso em 16 jun. 2026.

BRASIL. **Lei n.º 13146, de 2015. Institui a lei brasileira de inclusão da pessoa com deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).** Brasília, DF: [2015]. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm) Acesso em 16 jun. 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. **Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva.** Brasília, DF: Presidência da República [2008]. Disponível em: <https://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducspecial.pdf> Acesso em 15 jun. 2026.

INSTITUTO FEDERAL DE GOIÁS – IFG. Conselho Superior. **Resolução n.º 30, de 2017.** Regulamento dos Núcleos de Atendimentos às Pessoas com Necessidades Específicas – NAPNE. Goiânia, GO: IFG [2017]. Disponível em: <https://www.ifg.edu.br/attachments/article/209/Resolu%C3%A7%C3%A3o%2030%202017.pdf> Acesso em 16 jun. 2026.

INSTITUTO FEDERAL DE GOIÁS – IFG. **Estatuto do IFG, 2018.** Goiânia, GO: IFG [2018]. Disponível em: [https://www.ifg.edu.br/attachments/article/11547/Estatuto\\_IFG\\_2018.pdf](https://www.ifg.edu.br/attachments/article/11547/Estatuto_IFG_2018.pdf) Acesso em 16 jun. 2026.

INSTITUTO FEDERAL DE GOIÁS – IFG. **Projeto Político-Pedagógico Institucional do IFG, 2018.** Goiânia, GO: IFG [2018]. Disponível em:

[https://www.ifg.edu.br/attachments/article/11548/PPPI\\_IFG\\_2018.pdf](https://www.ifg.edu.br/attachments/article/11548/PPPI_IFG_2018.pdf) Acesso em 17 jun. 2026.

INSTITUTO FEDERAL DE GOIÁS – IFG. **Plano de Desenvolvimento Institucional do IFG, 2019.** Goiânia, GO: IFG [2019]. Disponível em: [https://www.ifg.edu.br/attachments/article/11546/PDI\\_IFG\\_2019\\_2023.pdf](https://www.ifg.edu.br/attachments/article/11546/PDI_IFG_2019_2023.pdf) Acesso em: 17 jun. 2026.

INSTITUTO FEDERAL DE GOIÁS – IFG. **Regimento Geral do IFG, 2021.** Goiânia, GO: IFG [2019]. Disponível em: [https://www.ifg.edu.br/attachments/article/123/RESOLU%C3%87%C3%83O%2091\\_2021%20-%20REI-CONSUP\\_REITORIA\\_IFG%20c%20anexo.pdf](https://www.ifg.edu.br/attachments/article/123/RESOLU%C3%87%C3%83O%2091_2021%20-%20REI-CONSUP_REITORIA_IFG%20c%20anexo.pdf) Acesso em: 17 jun. 2026.

MANTOAN, M.T. E. **Inclusão Escolar.** O que é? Por quê? Como fazer? 4. ed. São Paulo: Summus, 2015.

SASSAKI, R. K. Inclusão: o paradigma do século 21. **Inclusão: Revista da Educação Especial.** Brasília, ano 1, n.º 1. Brasília, 2005. 19-23 p.

SASSAKI, R. K. **Inclusão: Construindo uma sociedade para todos.** 7ª ed. Rio de Janeiro: WVA Editora e Distribuidora Ltda, 2010. 41 p.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais:** Pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

UNESCO. **Declaração de Salamanca e Enquadramento da Ação na Área das Necessidades Educativas Especiais.** Conferência Mundial Sobre Necessidades Educativas Especiais: Acesso e Qualidade. Salamanca (Espanha) [1994]. Disponível em: [https://pnl2027.gov.pt/np4/%7B\\$clientServletPath%7D/?newsId=1011&fileName=Declaracao\\_Salamanca.pdf](https://pnl2027.gov.pt/np4/%7B$clientServletPath%7D/?newsId=1011&fileName=Declaracao_Salamanca.pdf) Acesso em 15 jun. 2026.

UNICEF. **Declaração Universal dos Direitos Humanos.** 1948. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos> Acesso em 16 jun. 2026.

VYGOTSKI, L. S. **Obras Escogidas – V – Dos Fundamentos de Defectologia.** Colección Machado Nuevo Aprendizaje, 1983. Tradução: Julio Guillermo Blank. 1997.